



ESTADO DE SANTA CATARINA
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SANTA CATARINA
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
MAIO/2012 a AGOSTO/2012

2º QUADRIMESTRE DE 2012

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso das suas atribuições privativas que lhe conferem o artigo 271 do Regimento Interno, aprovado pela Resolução nº TC-06/2001, e o art. 90 da Lei Complementar nº 202, de 15 de dezembro de 2000 e considerando a Decisão nº 1173/2005, aprovada pelo Tribunal de Contas na Sessão do dia 30/05/2005.

TORNA PÚBLICO o Relatório de Gestão Fiscal do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, relativo ao 2º Quadrimestre de 2012, conforme estabelecido nos artigos 54, 55 e 72 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2.000 (Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF).

**DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL DO TCE/SC EM RELAÇÃO
À RECEITA CORRENTE LÍQUIDA – SETEMBRO/2011 A AGOSTO/2012**

RGF – ANEXO I (LRF, ART. 55, inciso I, alínea “a”)

R\$ 1,00

<u>Despesa com Pessoal</u>	DESPESAS EXECUTADAS	
	(Últimos 12 meses)	
	LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
Despesa Bruta com Pessoal (I)	143.301.782,08	0,00
Pessoal Ativo	95.518.177,90	0,00
Pessoal Inativo e Pensionistas	47.783.604,18	0,00
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de contratos de Terceirização (art.18, § 1º LRF)	0,00	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	34.048.913,94	0,00
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	1.437.203,47	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores	12.507.661,65	0,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	20.104.048,82	0,00
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I – II)	109.252.868,14	0,00
DESPESA TOTAL COM PESSOAL – DTP (IV) = (III a + III b)	109.252.868,14	

<u>APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL</u>	VALOR
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA – RCL (V)	14.292.790.588,18
% DA DESPESA TOTAL COM PESSOAL – DTP sobre a RCL (VI) = (IV / V) *100	0,76
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III , art. 20 da LRF) - 0,80%	114.342.324,71
LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único do art. 22 da LRF) – 0,76%	108.625.208,47

FONTE: AI, DAF e SEF.

Florianópolis, 28 de setembro de 2012

Cesar Filomeno Fontes
Conselheiro Presidente do TCE

Edison Stieven
Diretor da DGPA

José Roberto Queiroz
Diretor da DAF

João Luiz Gattringer
Coordenador da Auditoria Interna